

saudável desconfiança – questão de temperamento, antes de mais – ante as grandes teses político-filosóficas que tendem a explicar determinados fenómenos acercando-se raramente do alvo, até porque condicionados as mais das vezes por preconceitos doutrinários que restringem o campo de visão em vez de o alargar. Acresce, como observava Paul Valéry com a sua lendária sagacidade: “Há sempre uma altura em que o essencial de uma doutrina é explicado em três palavras por um homem de espírito”, e cujo mérito é o de repor as coisas no seu devido lugar em termos de originalidade ou inovação.

EM MEU ENTENDER, A MULTIPLICIDADE dos depoimentos bem como os diferentes pontos de observação constituem uma boa abordagem ao tema que preside a estas páginas. Depoimentos que exprimem percursos individuais que, por sua vez, ilustram determinado relacionamento com o país. Além do mais, quero crer que a maioria dos autores subscreveriam sem grandes hesitações as linhas tantas vezes citadas de Alexandre O’Neill: “Portugal: questão que eu tenho comigo mesmo, /.../ meu remorso/ meu remorso de todos nós”; ou nas palavras de Vasco Pulido Valente: “a vontade de me entender com o país ambíguo em que nasci”. Alçada Baptista, por seu turno, dirá: “E assim cheguei a casa, a pensar no enigma indecifrado do português e do seu enigmático destino.” Interrogações por muitos partilhadas, suscitando reações nem sempre coincidentes.

No fundo, a soma destas folhas constitui uma espécie de *puzzle* composto por mil pequenos fragmentos de cores diferentes. Algumas peças, à primeira vista, parecem repetir-se ou sobrepor-se; outras, dir-se-á que se afastam do centro para, contudo, logo depois se encaixarem ao lado das restantes, porque é aqui, afinal, o seu lugar. A bem dizer, todas se completam porque pertencem ao mesmo conjunto e, por mais desiguais, o integram de forma harmoniosa, mais não sendo, aliás, do que reflexos de uma mesma verdade. Uma radiografia sob ângulos diferentes.

Paralelamente, o humor, aqui presente sob várias facetas, incluindo até uma certa veia sarcástica, constitui sinal saudável de um organismo vivo que não se compadece com insuficiências ou mediocridades.

Por outro lado, as opções ideológicas, embora não representando necessariamente um dado prioritário, afiguram-se por vezes determinantes na visão com que cada qual encara a realidade nacional. É natural que assim seja: na verdade, somos ideólogos sem o saber, ou querer reconhecê-lo, sendo a História a cada momento o pano de fundo onde nos inscrevemos, tantas vezes, aliás, à revelia da nossa própria vontade.

A sombra da História, com os seus mortos e o peso inamovível de séculos, não nos dá escapatória e estará sempre conosco, quer queiramos quer não. O nosso longo percurso coletivo é o nosso pessoalíssimo bilhete de identidade. **JL**

O legado de Luís Moita

Relação, responsabilidade e paz

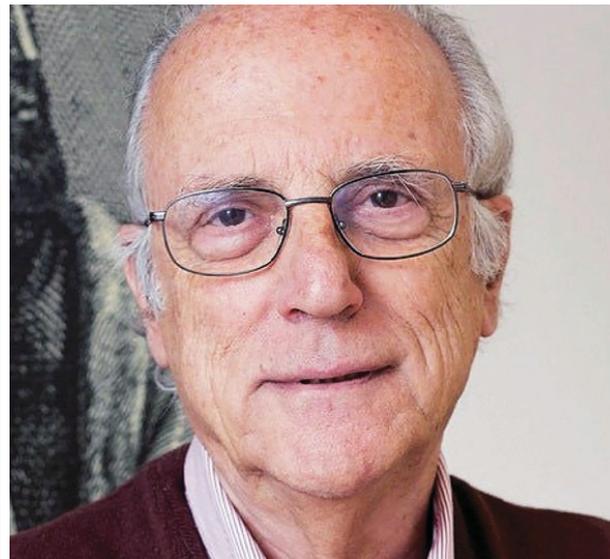
JOSÉ MANUEL PUREZA

■ Precisamos muito de gente decente que nos ajude a pensar com decência. Precisamos muito de gente arrojada que nos ajude a pensar com arrojo. Mas, mais que tudo, precisamos muito de gente decente e arrojada que nos ajude a viver com decência e com arrojo. É por isso que a morte de Luís Moita (LM) nos priva de um suporte tão importante não só para a vida pessoal de muitos, mas para a vida coletiva de todos.

Neste tempo de rótulos apressados que nos arrumam em gavetas compartimentadas, o mais fácil é pôr LM na gaveta dos “católicos progressistas”. Foi-o, bem o sabemos. Dos mais notáveis e influentes. Mas esse rótulo apagaria muito do que foi o seu pensamento e a sua intervenção. E, no entanto, talvez ele não se importasse de ser visto assim, por, para ele, isso supor precisamente uma irradiação, um contágio forte, de todos os campos da sua ação pública e da expressão do seu pensamento pelo primado da fraternidade amorosa como guia da nossa condição relacional. Como padre, como ativista antifascista e anticolonial, como pensador da Ética, como militante da democracia, como académico das Relações Internacionais, LM foi sempre o mesmo cultor desse primado, com uma coerência rara e com uma elevação ainda mais rara.

Na sua última lição na Universidade Autónoma de Lisboa, em julho de 2019, dedicada precisamente ao conceito de relação, LM havia de mostrar como a dimensão relacional é um continuum que estrutura toda a realidade: “A ideia de relação é um conceito chave que pode atravessar todos os nossos campos de saber, desde as partículas subatómicas até ao sistema internacional e à humanidade no seu conjunto, e é algo que nos faz compreender melhor a realidade e, por outro lado, nos responsabiliza face a ela”.

Para ele, a ética é, pois, a gramática da relação decente. Num texto particularmente luminoso de 2002 (1), situou o que chamou de “dramatismo da ética” nessa escolha entre o construirmo-nos e o destruímo-nos uns aos outros: “O processo relacional, que poderia ser humanizante, por vezes torna-se fator de desumanização. A ética confronta-



Luís Moita Padre, ativista antifascista e anticolonial, pensador da Ética, militante da democracia, académico das Relações Internacionais

Uma irradiação, um contágio forte, de todos os campos da sua ação pública e da expressão do seu pensamento pelo primado da fraternidade amorosa como guia da nossa condição relacional

–nos com este enigma que é o de podermos estragar-nos uns aos outros. (...) O espaço da ética é o território da liberdade, da possibilidade de escolha, da capacidade de dar respostas. A ética não é uma higiene, não é uma estética. É o desejo e o imperativo da qualidade dos valores presentes na relação humana”.

Relação e responsabilidade – foi esse o traço que atravessou todo o arco da sua vida e do seu pensamento. LM escolheu o lado do cuidado e testemunhou-o não só no seu pensamento mas na qualidade da relação que cultivou com cada um dos que com ele se cruzaram.

VOLTEMOS ENTÃO AO RÓTULO DE CATÓLICO progressista. Conta Jorge Wemans (2) que, pouco tempo antes de morrer, LM lhe manifestou a sua insatisfação com a “canga doutrinal” que a Igreja Católica criou ao longo dos séculos e que obscurece a divina rebeldia de Jesus (3). Essa canga, dizia, alimenta “um discurso casuístico sobre todos aspetos da vida” e põe na penumbra a única razão de ser da Igreja: “fazer as pessoas felizes”, para que “cada um viva em plenitude”.

Foi esse o progressismo do católico Luís Moita. Desde logo, do padre Luís Moita. O que o fez ser progressista assim foi uma escolha (ética, pois claro): entre a fidelidade ao primado da fraternidade amorosa bebido em Jesus de Nazaré e o quietismo subserviente a uma estrutura hierárquica anquilosada e intimamente comprometida com o fascismo e o colonialismo. LM escolheu aquele e repudiou este. Foi isso que o colocou no centro do movimento que se bateu publicamente pela resignação do cardeal Cerejeira, na ebulição teológica do Seminário dos Olivais e que o levará depois a ser um dos dinamizadores maiores das vigílias pela paz na Igreja de S. Domingos, na passagem de 1968 para 1969, e da Capela do Rato,

na passagem de 1972 para 1973. Foi isso que o fez abandonar o sacerdócio sem nunca abandonar a convocação cristã à libertação solidária.

Talvez as duas vigílias sinalizem a assunção da preocupação pela paz como concretização mais forte da gramática ética da relação. Não é outro o sentido do ativismo anticolonial de LM. Não se pode compreender o seu compromisso anticolonial desligado do que tinha sido a sua trajetória como crente e como padre. Do Boletim Anticolonial – de que foi responsável com Nuno Teotónio Pereira – à criação e afirmação do CIDAC (Centro de Informação e Documentação Anticolonial) entre 1974 e 1989, passando pelo seu empenhamento na Fundação Lelio e Lisli Basso para os Direitos dos Povos, foi o registo ético da paz, feita tanto de silêncio das armas como de autonomia dos povos e de justiça social, que fundamentou a sua luta anticolonial.

E foi o mesmo alicerce triangular – relação, responsabilidade, paz – que animou toda a sua paixão universitária pela área de Relações Internacionais, de que veio a tornar-se nome de proa em Portugal, a partir da década de oitenta. Os estudos da paz e da guerra – quer no ensino “civil” quer nas escolas superiores militares – permitiram-lhe testar os limites de validade do imperativo ético da paz. A política internacional é lida pelas escolas tradicionais da disciplina de Relações Internacionais, como um terreno regido canonicamente pela primazia dos interesses sobre os valores.

SEM CAIR NAS ARMADILHAS do cosmopolitismo dos triunfantes e do institucionalismo liberal, LM enfrentou o desafio de pensar a política internacional como um campo de escolhas éticas distanciando-se da argumentação que subalterniza os valores – melhor dizendo, subalterniza alguns valores – na arena internacional, contrapondo-lhe um olhar normativo, assumidamente comprometido com horizontes de paz e de justiça global. “Os valores e os interesses estão muitas vezes em choque, mas não nos é lícito desistir de os fazer convergir”, escreveria em 2009 (4).

Por isso, a política internacional é, no pensamento de LM, um

A escolha de sermos comunidade foi sempre, para ele, a nossa forma de correspondermos à anterioridade ontológica do plural sobre o singular

Não se pode compreender o seu compromisso anticolonial desligado do que tinha sido a sua trajetória como crente e como padre

território particularmente desafiante de em que se joga a afirmação da nossa responsabilidade como comunidade humana e, por isso, das escolhas que fazemos também nessa escala: a paz ou a guerra, a dominação ou a autodeterminação, a rede ou a pirâmide, os direitos ou o mando, a nossa casa comum ou o império.

A escolha de sermos comunidade foi sempre, para ele, a nossa forma de correspondermos à anterioridade ontológica do plural sobre o singular. “Nós existimos uns por causa dos outros, é o tecido das nossas relações que nos constitui como pessoas. Antes de sermos indivíduos, somos participantes de uma comunidade que nos faz ser nós próprios”, sustentou na sua última lição. Uma lição valiosa e corajosa, neste tempo de exaltação do individualismo e das suas expressões bélicas em todas as escalas. Contra essa legitimação da relação destruidora, precisamos muito de gente decente e arrojada que lhe contraponha a relação criadora. É por isso que nos fará tanta falta o Luís Moita. **JL**

1. *As condições éticas da intervenção social, comunicação ao Congresso da Associação Portuguesa de Serviço Social.*

2. “Luís Moita (1939–2023): ‘Para que as pessoas sejam felizes’”, *Sete Margens*, 28.1.2023

3. José Veiga Torres, *Desafio aos cristãos e a outras gentes*. Coimbra: Lápis de Memórias, 2018

4. “Ética e política: uma relação problemática”, *Colóquio Ética e Mundo Contemporâneo, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias* (16.10.2009)

* José Manuel Pureza é prof. catedrático (de Relações Internacionais) da Fac. de Economia da Un. de Coimbra. Foi deputado, eleito pelo BE, e vice-presidente da Assembleia da República

O silêncio dos intelectuais

SOCIEDADE BREVE

Boaventura de Sousa Santos



Os intelectuais não têm o monopólio da cultura, dos valores ou da verdade, e muito menos o monopólio do que se deva entender por qualquer desses “domínios do espírito”, como dantes se dizia. Mas também não podem demitir-se de denunciar o que, em seu entender, considerem ser destrutivo da cultura, dos valores e da verdade, sobretudo quando essa destruição ocorre supostamente em nome da cultura, dos valores e da verdade. Os intelectuais não podem impedir-se de saudar o sol antes que o dia nasça, mas também não podem deixar de avisar que muitas nuvens podem toldar o céu antes que a noite caia e impedir que se goze a claridade do dia.

Assistimos na Europa à (re)emergência alarmante de duas realidades destrutivas dos “domínios do espírito”: a destruição da democracia, com o crescimento das forças políticas de extrema-direita; e a destruição da paz com a naturalização da guerra. Qualquer destas destruições é legitimada pelos valores que visa destruir: a apologia do fascismo é feita em nome da democracia e a apologia da guerra em nome da paz.

Tudo isto é possível porque a iniciativa política e a presença mediática estão a ser entregues às forças conservadoras de direita ou de extrema direita, as quais, ou advogam a destruição, ou consideram que a simples proposta de destruição será um meio eficaz para neutralizar a oposição das forças progressistas. Estas, por sua vez, insistem em advertir contra o perigo da guerra, advogar a paz e alertar para o perigo do fascismo, propondo medidas de proteção social para que a população sinta na bolsa e na convivência que a democracia é melhor que a ditadura.

A destruição da paz e da democracia dá-se em geral

pela constituição desigual e paralela de dois círculos de liberdades autorizadas, isto é, de liberdades de expressão e de ação acolhidas pelo poder mediático e político. O círculo das liberdades autorizadas para posições progressistas que defendem a paz e a democracia diminui cada vez mais, enquanto o círculo das liberdades autorizadas para posições conservadoras que fazem a apologia da guerra e da polarização fascista não cessa de crescer. Vejamos alguns dos principais sintomas deste vasto processo em curso.

1. Os comentadores progressistas estão cada vez mais ausentes dos grandes média, enquanto os conservadores debitam semanalmente páginas inteiras de mediocridade estrarrecedora.

Donde vem esta enormidade senão do consumo excessivo de desinformação?

Não lhe terá ocorrido que a Rússia pós-soviética quis integrar a NATO e a EU e foi rejeitada, e que a expansão da NATO nas fronteiras da Rússia, contra o que foi prometido a Gorbachov, pode constituir uma legítima preocupação defensiva por parte da Rússia, ainda que seja ilegal a invasão da Ucrânia, como eu fiz questão de condenar desde a primeira hora?

Não terá Marques Mendes por um momento pensado que uma potência nuclear confrontada com a eventualidade de derrota na guerra convencional pode recorrer a armas nucleares, e que isso pode causar uma catástrofe nuclear? E não se dá ele conta de que na guerra da Ucrânia se exploram dois

cultura e literatura russa, tão europeias quanto a francesa. Na primeira reunião internacional do PEN Clube depois da I Guerra Mundial, realizada em Maio de 1923, foi proibida a participação de escritores alemães, como parte da estratégia de humilhação da Alemanha no Tratado de Versalhes de 1919. A única voz discordante foi a de Romain Rolland, Prémio Nobel da Literatura em 1915. Ele, que tanto escrevera contra a guerra, e especificamente contra os crimes de guerra dos alemães, teve a coragem de afirmar, “em nome do universalismo intelectual”: “Não submeto o meu pensamento às flutuações tirânicas e dementes da política”.

4. A democracia está a ser tão esvaziada de conteúdo que pode ser defendida instrumentalmente pelos que se servem dela para a destruir, enquanto os que servem a democracia para a fortalecer contra o fascismo são considerados esquerdistas radicais.

No plano internacional, foi unânime o coro ocidental para celebrar os acontecimentos da praça Maidan de Kiev de 2014, onde afinal a guerra de hoje começou. Apesar de as bandeiras de organizações nazis estarem bem visíveis nos protestos, apesar de a fúria popular se dirigir contra um presidente, Victor Yanukovych, democraticamente eleito, apesar de as escutas telefónicas terem revelado que a neoconservadora dos EUA, Victoria Nuland, indicara os nomes de quem assumiria o poder em caso de vitória, incluindo o de uma cidadã norte-americana, Natalie Jaresko, que viria a ser nomeada nova Ministra das Finanças...da Ucrânia, apesar de tudo isto, estes acontecimentos, que foram um golpe bem orquestrado para afastar um presidente pro-russo e transformar a Ucrânia num protetorado norte-americano, foi

A democracia está a ser tão esvaziada de conteúdo que pode ser defendida instrumentalmente pelos que se servem dela para a destruir, enquanto os que servem a democracia para a fortalecer contra o fascismo são considerados esquerdistas radicais

2. A guerra de informação sobre o conflito entre a Rússia e a Ucrânia apoderou-se de tal maneira da opinião publicada que até comentadores com algum bom senso conservador se submetem a ela com uma subserviência repugnante. No comentário semanal do canal de televisão SIC no passado dia 29 de janeiro, o comentador Marques Mendes, em geral pessoa de bom senso dentro do campo conservador, afirmou mais ou menos isto: a Ucrânia tem de ganhar a guerra porque, se não ganhar, a Rússia invadirá outros países.

nacionalismos para submeter a Europa à total dependência dos EUA e travar a expansão da China, o país com quem os EUA estão verdadeiramente em guerra?

3. De modo sub-reptício, a ideologia anticomunista que dominou o mundo ocidental nos últimos 80 anos está a ser reciclada para fomentar até à histeria o ódio antirrusso, mesmo sendo sabido que Putin é um líder autocrático, amigo da direita e da extrema-direita europeias. Proíbem-se artistas, músicos e desportistas russos, eliminam-se cursos sobre a